

Conselho estuda limites para a abertura de novos cursos

BRASÍLIA — Alarmado com as reclamações contra a qualidade dos cursos superiores no País — sobretudo Direito e Medicina —, o Conselho Federal de Educação (CFE) decidiu estudar a questão e definir, até fevereiro, novas normas para a autorização para abertura de cursos. O Presidente do Conselho, Fernando Gay de Fonseca, reconhece que as faculdades brasileiras deixam muito a desejar, mas afirma, porém, que não adianta somente estabelecer normas destinadas a limitar o surgimento de novos cursos.

— E preciso reavaliar de tempos em tempos os cursos já autorizados. Os currículos devem ser reajustados periodicamente. Além disso, as faculdades precisam ser fiscalizadas com maior rigor.

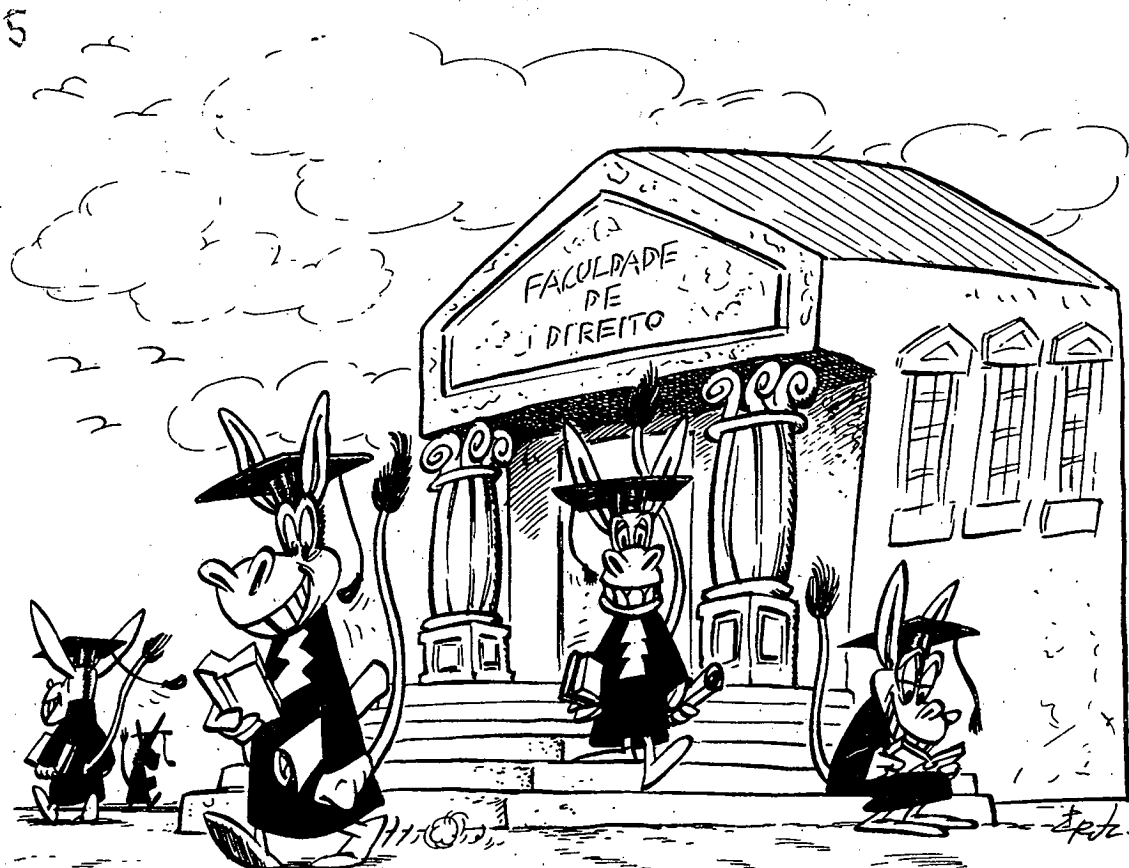
Ele explicou que está sendo analisada pelo CFE a limitação de autorização para funcionamento de novos cursos a instituições que já ofereçam cursos de boa qualidade.

— Uma hipótese é só autorizar a abertura de novos cursos a instituições que tiverem comprovado a boa qualidade dos cursos em funcionamento. Isto pode servir para limitar o número de solicitações — prevê ele.

Para o Presidente da Comissão sobre Cursos Jurídicos (encarregada de elaborar a proposta da Ordem dos Advogados do Brasil para reformulação das faculdades de direito), Luiz Carlos Lopes Madeira, a maioria das faculdades de direito não deveria estar funcionando, dado o baixíssimo nível da qualidade de ensino.

Para tentar minimizar o problema, algumas regionais da OAB — São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará e Sergipe — promovem cursos de aperfeiçoamento para alunos recém-formados.

— O objetivo destes cursos é preparar o novo advogado em determinadas áreas — como defesa perante tribunal de júri — já que nas universidades não há qualquer preocupação nesse sentido. A má formação universitária traz consequências sérias para a sociedade porque, na defesa de seus direitos, estarão profissionais incapazes, sejam advogados, juizes ou mesmo promotores do Ministério Público — explicou Madeira.



Diante da falta de definição sobre o assunto, o Presidente José Sarney prorrogou até julho a proibição de abertura de qualquer novo curso superior no País. A decisão veio ao encontro da posição defendida pelo Conselho Federal de Medicina, que, segundo seu Vice-Presidente, Gabriel Oselka, "está alarmado com o despreparo dos médicos que estão sendo formados".

Segundo Gabriel Oseka, "algumas das faculdades de medicina instaladas no País são tão ruins que não teriam condições sequer de serem melhoradas e deveriam ser imediatamente fechadas".

— A exemplo do que aconteceu no final da década de 60 e início de 70, estão começando novamente a criar escolas de medicina através de critérios políticos e não técnicos. A consequência disto é a formação de médicos despreparados — acusa Oselka.